

Brasil, o país do futuro: uma aposta de Arthur de Gobineau? *

Helga Gahyva

Este artigo versa sobre um texto elaborado pelo diplomata e escritor francês Arthur de Gobineau: *L'Emigration au Brésil: l'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de Vienne*, escrito em 1873 e publicado no ano seguinte, por ocasião do evento do título. O documento compõe um dos anexos do livro de Georges Raeders sobre Gobineau, *O inimigo cordial do Brasil*, publicado em 1934. Trata-se de um escrito encomendado pelo Imperador Pedro II que, como se sabe, tornou-se seu amigo durante o período em que Gobineau residiu no Brasil na qualidade de representante da legação diplomática francesa. Ele ficou no país durante 11 meses, entre março de 1869 e abril de 1870.

É fato que o diplomata veio para o país a contragosto. Tanto em Teerã, como em Atenas, seu predecessor na legação francesa fora Prosper Bourée. Brevemente, este seu amigo deixaria seu atual posto, e Gobineau se empenhava em repetir as experiências pregressas: seus objetivos se voltaram para Constantinopla. Mas ele já conseguira escapar de uma nomeação que o conduziria aos Estados Unidos. Desta feita, não haveria como evitar o longínquo Novo Mundo. “Querem enviar-me como ministro ao Brasil. (...) Creio que mereço outra coisa, e sou capaz de prestar serviços mais relevantes em questões de maior vulto” (apud Raeders, 1988: 22), lamentava ele, em face da certeza da desagradável partida. Ao invés da desejada Constantinopla, o Brasil.

Muito já se disse sobre os impropérios com os quais ele se referiu aos brasileiros em sua correspondência privada. Há de se notar que esse expediente tem muito mais a ver com o temperamento de Gobineau (Bellesort, 1931: 164; Tocqueville, 1959: 212) do que com uma singular aversão ao país. Não há lugar

em que ele tenha vivido que não tenha sido, em algum momento, vítima da acidez de sua pena. O Brasil não seria exceção, inclusive porque ele nutria um profundo desprezo por essa parte do mundo; mas não se tratava de uma concepção negativa referida exclusivamente aos brasileiros: Gobineau repudiava a América, um continente de história recente que, em seu pensamento, se apequenava em face do vigor milenar dos povos orientais, tal como revela sua comparação entre Constantinopla e o Rio de Janeiro: “são cidades maravilhosas. Mas a primeira é uma dama nobre, de aspecto augusto, real, cheia de gênio e espírito; a outra é uma bonita donzela inculta e selvagem que não sabe ler nem escrever” (Gobineau *apud* Raeders, 1988: 17).

O nome de Gobineau é frequentemente associado ao de sua mais famosa obra, o *Essai sur l'inégalité des races humaines*¹, publicado em dois tomos nos anos de 1853 e 1855. À época de seu lançamento, a obra despertou pouquíssima atenção. No ano de sua morte, em 1882, ele enfim se resignava: a despeito de seus empenhos, “nem Plon nem nenhum outro editor quis fazer uma segunda edição do *Essai sur l'inégalité des races*” (Gobineau *apud* Raeders, 1938: 368), dizia ele ao monarca brasileiro. A repercussão do livro data da virada do século XIX para o XX – trata-se, portanto, de um sucesso póstumo. Nesse período, começou a se desenhar uma interpretação do livro que o punha em uma chave propositiva. Grosso modo, o *Essai* fundaria um programa discriminatório baseado em critérios raciais.

Duas objeções. Em primeiro lugar, o tratado sobre as raças não encerra a obra de Gobineau. É o único livro dele voltado diretamente sobre o tema, e foi publicado quando ele sequer atingira 40 anos. Em segundo, o conjunto de seus escritos configura um esforço no sentido de refundar modernamente algum tipo de hierarquia (Dreyfus, s./d.). O *Essai* foi sua primeira tentativa. *Les Pléiades*, romance publicado em 1874, representou seu esforço em estabelecer um princípio hierárquico individual. Em seu último livro, *Histoire de Ottar Jarl, pirate norvégien, conquérant du pays de Bray en Normandie et de sa descendance*, de 1879, a terceira e derradeira tentativa de fundar um novo tipo de distinção entre os iguais: a hierarquia familiar. Gobineau fracassou: sua obra encerra uma filosofia da história pessimista e resignada que só autoriza a contemplação estóica do fim inexorável da civilização ocidental. Não há nenhuma dimensão propositiva. Gobineau jamais abanona suas convicções quanto à inevitável decadência da civilização.

No texto sobre a imigração, entretanto, ele traça um panorama elogioso do Brasil, o retratando como uma terra atraente aos imigrantes. Pode-se objetar que, feito sob encomenda, esse trabalho se subordinava a constrangimentos profissionais e à dívida de gratidão de seu autor para com D. Pedro II. Esta é uma forma mesquinha de tratar a questão, não apenas porque o documento, afinal, recebeu o aval do Império brasileiro, mas sobretudo porque, através dele, descortinam-se nuances pouco exploradas do pensamento do diplomata francês.

Considerando que o objetivo desse documento era estimular a vinda de estrangeiros ao país, chama a atenção seu contraste com as reivindicações da Ilustração Brasileira (Barros, 1986), pois era uma sociedade hierárquica e escravocrata que Gobineau apresentava como atraente ao imigrante. Sua visão “adocicada” da sociedade brasileira, apesar de oportunista, não exclui uma especulação teórica provocada pelo contato com uma realidade que lhe era inédita: mesmo com cores misturadas, pareciam-lhe preservadas, no Brasil, as distinções que ele cria se desmancharem no Velho Mundo.

O elogio de Gobineau ao país adquire sentido quando se interpreta sua idéia de raça à luz do tema da democratização das sociedades. Por esse viés, a manutenção das hierarquias sociais – que ele certamente percebia *de fato*, apesar de não a reconhecer *de direito* – colocava o Brasil em um patamar de degenerescência anterior à irrecuperável França. Neste sentido, o objetivo do presente artigo consiste em mostrar como o texto de Gobineau sobre o Brasil simultaneamente reforça e problematiza a hipótese central de minha reflexão sobre o teórico francês: a preocupação subjacente à reflexão gobiniana não reside em um esforço em classificar os seres humanos segundo suas supostas origens raciais – o tema de Gobineau é a crítica à igualdade.

Se as civilizações, para ele, implicavam a interseção, em diferentes dosagens, entre as três raças (Gobineau, 1983: 215-224), ele podia pensar que a insuficiente contribuição de *um pequeno número de portugueses* (Gobineau apud Raeders, 1988: 240, grifos meus) à população nacional tinha levado à constituição de um agregado racial condenado ao rápido desaparecimento. O déficit de elementos europeus impediria que o país se civilizasse. A imigração, por sua vez, possibilitaria uma injeção de sangue branco que, alterando as misturas, nos elevaria civilizacionalmente.

À primeira vista, tal recomendação chocava-se com as conclusões do *Essai*, afinal Gobineau assegurara a extinção do elemento ariano e a subsequente degradação da civilização (1983: 1166). O paradoxo desaparece quando, mais uma vez, se abandona a perspectiva pretensamente racista. Ora, menos do que a qualidade do sangue, preocupava a Gobineau as disposições morais dos diversos grupamentos humanos. Sua reflexão sobre o Brasil fora escrita em solo sueco. Entre uma monarquia e outra, a lembrança aterradora da experiência francesa, chafurdada nos dilemas da república que se tentava a ferro e fogo construir. Em ambas as monarquias, ausência daquele instinto revolucionário que arruinara a velha ordem e que, sob o léxico racial, personificava a aurora da degeneração completa.

Faltava ao ariano escandinavo o ímpeto expansionista próprio àquele guerreiro ariano que habitava as nostalgias feudais de Gobineau – no mínimo por conta de sua inferioridade numérica (1983: 1066). Entretanto, em sua limitada circunscrição territorial, o espírito germano preservava os direitos históricos solapados na França pelo poder real. A Suécia apresentava-lhe, enfim, uma configuração histórica diametralmente oposta à francesa.

Em seu país natal, como assinalara seu amigo Tocqueville (1987: 76), a aristocracia acatou a permanência de seus privilégios, não obstante o fim de suas obrigações para com o conjunto da população. Segundo essa interpretação, a história francesa caracterizou-se, desde então, por um crescente processo de centralização que, à supremacia da capital, impôs o esfacelamento da realidade provincial. Na Suécia, ao contrário, Gobineau reconhecia um saudável “gosto dos proprietários por seus domínios e seus camponeses e creio ser esta uma das razões que mantém a união das classes e impede que se propague o sentimento revolucionário” (apud Raeders, 1938: 126). Enquanto na França a sociedade mercantil parisiense reinava absoluta sobre o conjunto da nação, na Suécia “é a classe agrícola que fornece quase todos os membros da Dieta, donde a grande felicidade deste país; as cidades dão pouco; os deputados são, em geral, proprietários rurais ou camponeses...” (idem: 90-1). Em síntese, o afã centralizador que tornou a nação sinônimo de Paris era desconhecido naquela gelada península. Lá, sobre a razão impunha-se a tradição. O campônio, dizia ele a Pedro II, preservava a sua linhagem, estimulado pelo zelo dos proprietários rurais, que permaneciam porta-vozes das classes populares (idem: 131).

Por isso, não obstante o enfraquecimento irreversível do elemento ariano, pode-se extrair coerência desse raro momento no qual Gobineau ousou desenhar um futuro que escapava à ruína: a imigração escandinava seria útil ao Brasil menos pelas características fenotípicas dos novos colonos, do que pelo fato de representarem uma «gente forte, laboriosa e que *em absoluto não têm idéias revolucionárias*» (idem: 157, grifos meus).

Mas o paradoxo poderia residir na sugestão de que tal mistura, se executada, conduziria o país rumo ao padrão civilizacional europeu, sobretudo quando se considera que, sob o reinado de Pedro II, tal padrão era eminentemente galófilo. Para Gobineau, a sociedade francesa encontrava-se em um grau de miscigenação superior à brasileira, pois lá ele não mais via meios capazes de conter as demandas democráticas que reconhecia ainda incipientes na sociedade brasileira². Não se tratava de sugerir uma medida que transformasse paulatinamente o Brasil em uma “França tropical”. A “posologia” gobiniana driblava elegantemente a francofilia imperial, preconizando a introdução de um novo elemento que satisfazia uma dupla aspiração de importantes setores das classes dirigentes nacionais: o escandinavo era branco sem ser latino – e, portanto, instável³. Tanto lá quanto cá, a despeito da tonalidade da tez da população local, Gobineau reconhecia um sentimento de respeito às hierarquias que ele cria já solapado pela dinâmica dos novos tempos. Se lhe surpreendera o apego dos peninsulares pelos seus mores, ele não deixou de destacar positivamente como, no Brasil, a preservação da ordem estamental possibilitava que mesmo uma “transição tão temida” como o processo de abolição do trabalho servil escapasse das “convulsões entre as fortunas e de certo distúrbio financeiro” (apud Raeders, 1988: 246)⁴.

Em minha tese de doutorado (Gahyva, 2006), revelo que a preocupação central da reflexão de Gobineau, presente desde seus primeiros escritos e freqüentemente reafirmada, inclusive no *Essai*, reside na crítica à centralização, que introduz o espírito igualitário, fundo corruptor, segundo ele, de todas as grandes civilizações que a história conheceu. No tratado sobre as raças, sua explicação para o desenvolvimento e a ruína das civilizações lança mão da sugestão racial para fornecer um fundamento ontológico ao fim das hierarquias. A raça permite a ele, simultaneamente, universalizar e justificar os rumos da história francesa e seu legado democrático. Mas trata-se sempre da mesma dinâmica. Se retirarmos o vocabulário racial, perceberemos que, em cada uma das dez civilizações analisadas por Gobineau⁵, a explicação para a decadência reproduz, de forma similar, a explicação tocquevilliana para a eclosão da Revolução Francesa, expressa no célebre *O Antigo Regime e a Revolução*, publicado pouquíssimo tempo após o *Essai*.

A despeito das revisões históricas que se possa empreender quanto ao real alcance do Poder Moderador, sabe-se que Gobineau permaneceu na capital durante quase todo o tempo de sua estadia no Brasil – e, no Rio de Janeiro, não havia como não reconhecer a potência real. Como podia Gobineau reconhecer méritos em uma engenharia político-administrativa que se destacava por seu caráter centralizador?

Se, por mais de uma vez o diplomata recebeu o epíteto de viajante (Koury, 2001: 15; Schwarcz, 1993: 63; Ventura, 1991: 29), não se deve perder de vista que ele pouco se debruçou sobre a realidade brasileira. Afora suas caminhadas pelas cercanias do Catete ou pelo Jardim Botânico, Gobineau viveu entre o Hotel dos Estrangeiros e a Corte. O trato exclusivo que lhe dedicou o Imperador provavelmente contribuiu para sua impressão de estabilidade, exatamente no momento em que tomavam força as críticas às instituições monárquicas. O Brasil real, sabe-se, era muito mais conflituoso do que fazia crer o Brasil Real do diplomata francês.

Seria justo suspeitar que, não fosse a encomenda do Imperador, ele jamais gastaria sua pena com o país. Mas ele o fez e, a se considerar seu trabalho sobre a imigração, pode-se sugerir que, por trilhas distintas, o Brasil possibilitou a ele problematizar brevemente as relações entre igualdade e centralização.

Esses termos constituem-se como sinônimos no vocabulário gobiniano. A dinâmica centralizadora, amesquinhando as municipalidades, teve como consequência necessária o desenvolvimento da igualdade. Ora, a estrutura sócio-política imperial brasileira revelava a ele a coexistência entre uma ordem simultaneamente hierárquica e centralizada. A igualdade estava desligada daquele que fora, em França, seu par lógico. No elogio ao Brasil, desaparecia o lamento pelo enfraquecimento da vida local próprio a sociedades que conheceram a engenharia feudal. O que contava, para Gobineau, era a preservação das hierarquias, e a história brasileira daqueles anos mostrava-lhe que elas floresciam a despeito da potência real.

Neste sentido, revela-se o ingrediente central do pensamento gobiniano sobre as raças humanas. A invenção destas entidades correspondia a uma reação à expansão da igualdade no mundo moderno. Não haveria razões para tentar fundar uma diferença deste feitio em uma sociedade estamental, na qual as distinções sociais estavam fortemente estabelecidas.

Volta-se, então, à hipótese que sustenta este artigo: ao contrário do que faz crer parte significativa da historiografia corrente, a obra de Gobineau não se esgota no esforço de hierarquizar racialmente os diferentes grupamentos humanos. A preocupação que atravessa o conjunto de suas reflexões encontra-se no repúdio à igualdade. Como notou Taguieff, a história, para ele, adquiria o sentido de “uma marcha em direção à confusão, à uniformização, portanto à democracia (...) Longa marcha em direção ao ‘nada’” (Taguieff, 2002: 58). Quando associada ao Velho Mundo, a ascensão da ordem democrática confunde-se com o processo centralizador característico da formação do moderno Estado-Nação. Mas, investigando-se o documento de 1873 sobre o Brasil, percebe-se que o tema da centralização perdia terreno quando não correspondia ao fim das hierarquias. Desaparecia, também, aquele desprezo pelo homem comum que lhe consumia o espírito durante sua temporada suíça (Tocqueville, 1958: 147). Uma sociedade hierárquica era, por princípio, heterogênea.

O Gobineau propositivo que se destaca no texto sobre o Brasil constitui um hiato em sua obra. Seu interregno brasileiro fora curto e, à exceção de sua correspondência com o Imperador, ele não voltou a refletir sobre o país. Nada autoriza pensar que o contato com a realidade nacional tivesse empreendido uma revisão nas suas concepções fatalistas quanto ao futuro da civilização ocidental. Em seus escritos subseqüentes, seu pessimismo permaneceu aguerrido. Tal como observou Elias, em seu estudo sobre a formação e o desenvolvimento da sociedade de corte em França, Gobineau reproduzia extemporaneamente a convicção de que “mesmo com as portas abertas, seria impossível fugir da gaiola” (Elias, 2001: 238).

Helga Gahyva
Professora da PUC-Rio
gahyva@superig.com.br.

Notas

* Versão modificada de comunicação oral apresentada no “Colóquio Intelectuais, cultura e Política” (maio, 2006).

1. Doravante denominado *Essai*.

2. Comentando provavelmente a Revolta do Vintém (01.01.1880), dizia Gobineau a Pedro II: “As coisas na América não estão no mesmo ponto que na Europa e aí se pode ter uma certa confiança no restabelecimento da ordem o que aqui seria fictício”. RAEDERS, Georges (org.). Op. cit., p. 320-1.

3. De modo mais abrangente, em sua defesa arraigada da descentralização feudal descortina-se outra polaridade que informa a reflexão de Gobineau, aquela entre germanidade e latinidade. Fosse promovendo as virtudes raciais arianas, fosse louvando aquelas individualidades que, a despeito de suas origens genealógicas, contrapunham-se ao vulgo, ele permanentemente reafirmou seu repúdio a uma tradição que, em última instância, se configurou como portadora da igualdade: a herança latina

4. Gobineau referia-se à aprovação Lei do Ventre Livre, em 1871.

5. No velho mundo, as civilizações indiana, egípcia, assíria, grega, chinesa, romana e germânica; na América, as três grandes civilizações pré-colombianas.

Referências bibliográficas

BARROS, Roque Spencer Maciel de. *A ilustração brasileira e a idéia de universidade*. São Paulo: Convívio/Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

BELLESSERT, André. *Les intellectuels et l'avènement de la Troisième République (1871-1875)*. Paris: Bernard Grasset, 1931.

DREYFUS, Robert. *La vie et les prophéties du comte de Gobineau*. Paris: Calman-Lévy, s.d.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GAHYVA, Helga. *O inimigo do século: um estudo sobre Arthur de Gobineau (1814-1882)*. Tese de doutorado, IUPERJ, 2002.

GOBINEAU, Arthur de. O Brasil de 1873, segundo Gobineau (tradução de L'Emigration ao Brésil: l'Empire du Brésil à l'Exposition Universelle de Vienne en 1873). In: RAEDERS, Georges. *O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Œuvres*. Tomo I. Paris: Gallimard, 1983.

KURY, Lorelai. Viajantes e naturalistas do século XIX. In: PEREIRA, Paulo Roberto (org.). *Brasiliana da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 2001. p. 59-77.

RAEDERS, George. *O inimigo cordial do Brasil: o Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1988.

_____. (org.). *D. Pedro II e o Conde de Gobineau: correspondências inéditas*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1938.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TAGUIEFF, Pierre-André. *La couleur et le sang: doctrines racistes à la française*. Paris: Mille et une nuits, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis de. *Œuvres complètes: correspondance d'Alexis de Tocqueville et d'Arthur de Gobineau (tomo IX)*. Paris: Gallimard, 1959.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil (1879-1914)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

Resumo

O *Essai sur l'inégalité des races humaines*, de Arthur de Gobineau, transformou postumamente seu autor em “pai do racismo moderno”. No entanto, o livro não autoriza quaisquer programas políticos que visem manter ou restaurar a pureza das três raças discriminadas no tratado. Por isso, o risco inerente às suas idéias era, como observava Tocqueville, o estímulo à resignação. Pouco mais de duas décadas após a publicação do *Essai*, ele, que dizia não ter quaisquer antídotos a oferecer à degeneração, viu na imigração européia uma possível saída para o Brasil. Gobineau apresentou como atraente ao imigrante uma sociedade hierarquizada, centralizada e “miscigenada”. Neste sentido, o objetivo deste artigo é averiguar em que medida o panorama que oferece Gobineau sobre a sociedade brasileira envolve uma especulação teórica sobre uma realidade que lhe parecia inédita: mesmo com “raças” misturadas, estariam preservadas, no Brasil, as distinções que ele cria se desmancharem no Velho Mundo.

Palavras-chave

Arthur de Gobineau; Sociedade brasileira; Racismo, Igualdade.

Abstract

Arthur Gobineau's *Essay on the inequality of human races* has posthumously transformed its author in the “father of modern racism”. However, the book does not authorize any political program which aimed to keep or to restore the purity of the races described in the work. So, the inherent risk to his ideas was, as de Tocqueville used to say, an incentive to resignation. Two decades after the publication of the *Essay*, Gobineau, who claimed that he had not any antidote to offer to the problem of degeneration, saw in the European immigration a possible way out for Brazil. He presented a hierarchical, centralized and “mixed” society as appealing for the immigrant. In this sense, the aim of this article is to investigate how Gobineau's view about Brazilian society comprehends a theoretical speculation about a reality which seemed totally new to him: even with mixed races, Brazil would have preserved the distinctions which he believed had disappeared in the Old World.

Key-words

Arthur de Gobineau; Brazilian society; Racism, Equality.